

ÍNDICE DETALHADO

Principais Siglas Utilizadas	27
Biografias dos Autores	29
Prefácio à 1.^a edição	32
Prefácio à 2.^a edição	35
Prefácio à 3.^a edição	36
Prefácio à 4.^a edição	38
Prefácio à 5.^a edição	39
Prefácio à 6.^a edição	41
Prefácio à 7.^a edição	43
Prefácio à 8.^a edição	44
Prefácio à 9.^a edição	46
Prefácio à 10.^a edição	47

CAPÍTULO 1

A CONTABILIDADE E O SEU ENQUADRAMENTO NACIONAL E INTERNACIONAL	51
1.1 A importância da informação financeira para a tomada de decisões	53
1.2 Conceito e divisões da Contabilidade	58
1.3 A Contabilidade em Portugal: o ensino e a profissão	62
1.3.1 O Ensino da Contabilidade	62
1.3.2 A profissão contabilística	70
1.3.3 Organismos profissionais	74
1.3.3.1 Organismo regulador (de inscrição obrigatória)	74
1.3.3.2 Organismos de inscrição livre	77
1.4 A normalização contabilística em Portugal	80
1.4.1 Antecedentes históricos	80

1.4.1.1	Estudos desenvolvidos por académicos	80
1.4.1.2	Trabalhos desenvolvidos por diversos organismos	83
1.4.2	A Comissão de Normalização Contabilística	88
1.4.2.1	Os trabalhos desenvolvidos até à aprovação do SNC	92
1.4.2.2	O Sistema de Normalização Contabilística (SNC)	97
1.4.2.3	A Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)	103
1.4.2.4	A Norma Contabilística para Microentidades (NC-ME)	104
1.4.2.5	A Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL)	105
1.4.3	Outros Normativos Contabilísticos aplicáveis em Portugal	106
1.4.4	O Tecido Empresarial Português e a Normalização Contabilística	107
1.5	A harmonização contabilística a nível internacional	108
1.6	A harmonização contabilística na União Europeia	112
1.6.1	Introdução	112
1.6.2	A Directiva 2013/34/UE	115
1.6.2.1	Introdução	115
1.6.2.2	Apresentação da Directiva	115
1.6.2.3	Âmbito de aplicação, definições e categorias de empresas e de grupos	117
1.6.2.4	Disposições e princípios gerais	118
1.6.2.5	Relatório e Contas anuais	120
1.6.2.6	Relatório e Contas consolidados	122
1.6.2.7	Publicação	123
1.6.2.8	Auditoria	124
1.6.2.9	Disposições relativas a isenções e a restrições sobre isenções	125
1.6.2.10	Relato de pagamentos efectuados a Administrações Públicas	125

1.6.2.11	Disposições finais	126
1.6.2.12	Comentários à Directiva 2013/34/UE	126
1.6.3	Os organismos responsáveis pela harmonização contabilística	128
Anexos ao Capítulo 1		130
Índice	130	

CAPÍTULO 2

AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS		157
2.1	Objectivo das demonstrações financeiras	159
2.2	Pressupostos fundamentais, princípios contabilísticos e políticas contabilísticas	163
2.3	As asserções contidas nas demonstrações financeiras	167
2.4	Características qualitativas das demonstrações financeiras	170
2.5	Elementos das demonstrações financeiras	174
2.5.1	Activo	175
2.5.2	Passivo	179
2.5.3	Capital próprio	182
2.5.4	Rendimentos	183
2.5.5	Gastos	184
2.6	Principais demonstrações financeiras	185
2.6.1	Considerações prévias	185
2.6.2	As demonstrações financeiras no Sistema de Normalização Contabilística	188
2.6.3	As demonstrações financeiras na norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades (NCRF-PE)	189
2.6.4	As demonstrações financeiras na norma contabilística para microentidades (NC-ME)	190
2.6.5	As demonstrações financeiras na norma contabilística e de relato financeiro para entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL)	191
Anexos ao Capítulo 2		192

CAPÍTULO 3	
ALGUNS ASPECTOS SOBRE SOCIEDADES COMERCIAIS E OUTRAS ENTIDADES	219
3.1 Introdução	221
3.2 Os diferentes tipos de sociedades comerciais	223
3.2.1 Sociedades anónimas	224
3.2.2 Sociedades por quotas	228
3.2.3 Sociedades unipessoais por quotas	230
3.2.4 Sociedades em nome colectivo	231
3.2.5 Sociedades em comandita	232
3.3 Cooperativas	234
3.4 Empresas públicas	237
3.5 Estabelecimento individual de responsabilidade limitada	239
3.6 Entidades de interesse público	241
3.7 A constituição de sociedades comerciais	243
3.8 Apresentação e divulgações	251
CAPÍTULO 4	
O CONCEITO DE PERÍODO CONTABILÍSTICO: A IMPORTÂNCIA DOS ACRÉSCIMOS E DOS DIFERIMENTOS	255
4.1 Introdução	257
4.2 Conceitos e classificações	260
4.3 Acréscimos e diferimentos activos	262
4.3.1 Devedores por acréscimos de rendimentos	262
4.3.2 Gastos a reconhecer	264
4.4 Acréscimos e diferimentos passivos	265
4.4.1 Credores por acréscimos de gastos	265
4.4.2 Rendimentos a reconhecer	267
4.5 Apresentação e divulgações	268

CAPÍTULO 5	
MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	271
5.1 Introdução	273
5.2 Principais aspectos relacionados com o controlo interno	280
5.2.1 Procedimentos gerais	280
5.2.2 Procedimentos relacionados com pagamentos	281
5.2.3 Procedimentos relacionados com recebimen- tos	282
5.2.4 Conciliações bancárias	283
5.3 Reconhecimento	283
5.4 Mensuração	284
5.5 Caixa	287
5.5.1 Âmbito	287
5.5.2 Contabilização	289
5.5.2.1 Aspectos gerais	289
5.5.2.2 Fundo fixo de caixa	289
5.5.2.3 Transferências de caixa	291
5.5.2.4 Meios de pagamento expressos em moeda estrangeira	292
5.5.2.5 Regularização de valores não re- presentativos de meios de paga- mento	294
5.6 Depósitos bancários	296
5.6.1 Âmbito e classificação	296
5.6.2 Contabilização	298
5.6.2.1 Depósitos à ordem	298
5.6.2.2 Depósitos a prazo	301
5.6.3 Conciliações bancárias	304
5.7 Instrumentos financeiros derivados	308
5.8 Instrumentos financeiros detidos para negociação	316
5.9 Apresentação	324
5.10 Divulgações	325
Anexos ao Capítulo 5	327
Índice	327

CAPÍTULO 6	
COMPRAS E OUTRAS OPERAÇÕES COM FORNECEDORES	333
6.1 Introdução	335
6.2 Principais aspectos relacionados com o controlo interno	337
6.2.1 Procedimentos gerais	338
6.2.2 Constatação da necessidade da compra	339
6.2.3 Pesquisa e selecção do fornecedor	339
6.2.4 Formalização e controlo da encomenda	340
6.2.5 Recepção dos artigos encomendados	340
6.2.6 Conferência das facturas	341
6.2.7 Contabilização e controlo das contas a pagar a fornecedores	341
6.3 Introdução aos <i>incoterms</i>	343
6.4 Reconhecimento e mensuração das contas a pagar	348
6.5 Contabilização das operações de compra	355
6.5.1 Compras de inventários	355
6.5.2 Compras de serviços e de bens consumíveis	365
6.5.2.1 Compras de serviços	365
6.5.2.1.1 Subcontratos	367
6.5.2.1.2 Trabalhos especializados	368
6.5.2.1.3 Serviços de limpeza e serviços de vigilância	369
6.5.2.1.4 Transporte de mercadorias	369
6.5.2.1.5 Conservação e reparação	370
6.5.2.1.6 Publicidade e propaganda	370
6.5.2.1.7 Rendas e alugueres	370
6.5.2.1.8 Comissões	371
6.5.2.1.9 Seguros	372
6.5.2.2 Compras de bens consumíveis	372
6.5.3 Devoluções de compras	378
6.5.4 Descontos e abatimentos em compras	380
6.6 Adiantamentos a fornecedores	383

6.7	Operações com títulos a pagar	386
6.7.1	Generalidades sobre letras e livranças	386
6.7.2	Titulação de dívidas	390
6.7.3	Pagamento de dívidas tituladas	393
6.7.4	Reforma de títulos a pagar	394
6.8	Modalidades de pagamento no comércio internacional	397
6.8.1	Liquidação directa	398
6.8.2	Remessa documentária ou remessa à cobrança	398
6.8.3	Crédito documentário	399
6.9	O contrato de <i>confirming</i> na gestão de pagamentos a fornecedores	401
6.10	Apresentação	402
6.11	Divulgações	402

CAPÍTULO 7

	GASTOS E OPERAÇÕES COM O PESSOAL	405
7.1	Introdução	407
7.2	Principais aspectos relacionados com o controlo interno	414
7.2.1	Procedimentos gerais	415
7.2.2	Processamento e pagamento de remunerações	416
7.2.3	Remunerações a processar em período posterior ao da prestação efectiva do trabalho	417
7.2.4	Ajudas de custo, deslocações em viatura própria e abonos para despesas de deslocação e de representação	418
7.2.4.1	Ajudas de custo	418
7.2.4.2	Deslocações em viatura própria	419
7.2.4.3	Abonos para despesas de deslocação e de representação	419
7.2.5	Honorários	420
7.2.6	Relatório Único	420
7.3	Contribuições, impostos e outros encargos sobre remunerações	421
7.3.1	Contribuições para a Segurança Social	421

7.3.1.1	Regime geral dos trabalhadores por conta de outrem	422
7.3.1.2	Membros dos órgãos estatutários das pessoas colectivas	424
7.3.2	Imposto sobre o rendimento do trabalho	426
7.4	Benefícios a curto prazo dos empregados: processamento e pagamento de remunerações e correspondentes encargos	428
7.4.1	Remunerações correntes	428
7.4.2	Encargos sociais	432
7.4.3	Encargos com férias	438
7.4.4	Ausências permitidas	447
7.5	Adiantamentos por conta de remunerações	448
7.6	Participação nos lucros	450
7.7	Honorários	452
7.8	Subsídios para formação profissional	455
7.9	Subsídios para a criação de postos de trabalho	459
7.10	Benefícios de cessação de emprego	460
7.10.1	Aspectos gerais	460
7.10.2	Indemnizações por reestruturações empresariais	461
7.11	Benefícios pós-emprego: benefícios de reforma	463
7.11.1	Aspectos gerais	463
7.11.2	Aspectos contabilísticos dos planos de benefícios de reforma	464
7.11.2.1	Planos de contribuição definida	464
7.11.2.2	Planos de benefícios definidos	465
7.12	Apresentação	475
7.13	Divulgações	476
Anexos ao Capítulo 7		479
Índice		479

CAPÍTULO 8

INVENTÁRIOS E ACTIVOS BIOLÓGICOS 485

8.1	Introdução	487
8.2	Principais aspectos relacionados com o controlo interno	493

8.2.1	Procedimentos gerais	494
8.2.2	Recepção e entrada em armazém	495
8.2.3	Armazenagem e movimentação	496
8.2.4	Saída de armazém	497
8.2.5	Controlo físico dos inventários	498
8.2.6	Controlo contabilístico dos inventários	500
8.3	Mensuração dos inventários	501
8.3.1	Custo de aquisição ou de produção	501
8.3.2	Custo ou mercado, dos dois o mais baixo	503
8.3.3	Custo padrão	506
8.3.4	Outros critérios especiais de mensuração	506
8.3.5	Escolha e manutenção do método	508
8.4	Métodos de custeio das saídas	508
8.4.1	Método do custo específico ou da identificação específica	510
8.4.2	Custo médio ponderado	510
8.4.3	Método FIFO (<i>first in, first out</i>) ou método do custo cronológico directo	513
8.4.4	Método LIFO (<i>last in, first out</i>) ou método do custo cronológico inverso	515
8.4.5	Custo padrão	517
8.4.6	Outros métodos	518
8.5	Operações com inventários	519
8.5.1	Sistema de inventário permanente	521
8.5.2	Sistema de inventário periódico	543
8.6	Inventários à consignação	554
8.7	Perdas por imparidade em inventários	555
8.8	Activos biológicos	563
8.8.1	Introdução	563
8.8.2	Reconhecimento	567
8.8.3	Mensuração	568
8.8.4	Subsídios à agricultura	574
8.9	Apresentação	574
8.10	Divulgações	575
8.10.1	Divulgações relacionadas com os inventários em geral	575

8.10.2	Divulgações relacionadas com os activos biológicos	576
--------	--	-----

CAPÍTULO 9

VENDAS E OUTRAS OPERAÇÕES COM CLIENTES	579
--	-----

9.1	Introdução	581
9.2	Principais aspectos relacionados com o controlo interno	594
9.2.1	Procedimentos gerais	595
9.2.2	Aprovação da venda	595
9.2.3	Documentos relacionados com a venda	596
9.2.4	Controlo das contas a receber	601
9.3	Bases para o reconhecimento do rédito	603
9.3.1	O reconhecimento do rédito proveniente da venda de bens	603
9.3.2	O reconhecimento do rédito proveniente da prestação de serviços	610
9.3.3	O efeito das incertezas no reconhecimento do rédito	613
9.3.4	Descontos concedidos a clientes	614
9.4	Mensuração das contas a receber	614
9.5	Contabilização das operações de venda e de prestações de serviços	618
9.5.1	Vendas normais de inventários	618
9.5.2	Vendas à consignação	626
9.5.3	Vendas a prestações	628
9.5.3.1	Método do reconhecimento imediato (<i>Accrual basis method</i>)	629
9.5.3.2	Método das prestações (<i>Installment method</i>)	632
9.5.3.3	Método da recuperação do custo (<i>Cost recovery method</i>)	638
9.5.4	Prestações de serviços	639
9.5.5	Devoluções de vendas	645
9.5.6	Descontos e abatimentos	649
9.6	A cobrança das contas a receber e o recurso ao <i>factoring</i>	659
9.7	Adiantamentos de clientes	667

9.8	Operações com títulos a receber	671
9.8.1	Titulação de dívidas	673
9.8.2	Cobrança de títulos a receber	675
9.8.3	Desconto de títulos a receber	680
9.8.4	Reforma de títulos a receber em carteira	685
9.8.5	Reforma de títulos a receber descontados	687
9.8.6	Endosso de títulos a receber	690
9.9	O risco de incumprimento (<i>default</i>) nas contas a receber	699
9.9.1	O balancete de clientes por antiguidade de saldos	700
9.9.2	A relevação das contas a receber de cobrança duvidosa	702
9.9.3	Perdas por imparidade em contas a receber	704
9.9.4	O caso particular das perdas por imparidade relacionadas com letras descontadas	710
9.9.5	BREVE introdução às perdas por imparidade no âmbito da IFRS 9	711
9.10	Créditos incobráveis	715
9.11	Cessão de créditos	719
9.12	Campanhas publicitárias e actividades promocionais	720
9.13	Contratos de construção e assimilados	721
9.13.1	Aspectos gerais	721
9.13.2	Custos acumuláveis aos contratos de construção	724
9.13.3	Réditos inerentes aos contratos de construção	726
9.13.4	Reconhecimento do rédito e dos gastos do contrato	726
9.13.4.1	Método do contrato terminado	727
9.13.4.2	Método da percentagem de acabamento	727
9.13.5	Perdas potenciais referentes a contratos de construção	731
9.14	Apresentação	732
9.15	Divulgações	733
9.15.1	Divulgações relacionadas com o rédito	733
9.15.2	Divulgações relacionadas com os contratos de construção	733

9.15.3 Divulgações relacionadas com as contas a receber de clientes e com outras contas a receber	734
--	-----

CAPÍTULO 10

ACTIVOS INTANGÍVEIS E *GOODWILL* 737

10.1 Introdução	739
10.2 Principais aspectos relacionados com o controlo interno	740
10.3 Reconhecimento	741
10.4 Mensuração	743
10.5 Principais activos intangíveis	746
10.5.1 Projectos de desenvolvimento	746
10.5.2 Programas de computador	750
10.5.3 Propriedade industrial	750
10.5.4 Outros activos intangíveis	751
10.5.4.1 Contrato de franquia (<i>franchise</i>)	751
10.5.4.2 Melhoramentos efectuados em propriedade alheia	752
10.5.4.3 Direito ao arrendamento	753
10.5.4.4 Contratos de concessão: Breve introdução à IFRIC 12	754
10.6 Contabilização das aquisições	757
10.7 Amortizações	758
10.8 Imparidades	763
10.9 Revalorizações	764
10.10 Contabilização das retiradas	765
10.11 Bases para o reconhecimento dos réditos provenientes de <i>royalties</i>	765
10.12 Apresentação	766
10.13 Divulgações	767
10.14 <i>Goodwill</i>	769

CAPÍTULO 11

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS 781

11.1 Introdução	783
------------------------	-----

11.2	Principais aspectos relacionados com o controlo interno	786
11.3	Reconhecimento	788
11.4	Mensuração	789
11.5	Principais activos fixos tangíveis	792
11.5.1	Terrenos e recursos naturais	792
11.5.2	Edifícios e outras construções	793
11.5.3	Equipamento básico	794
11.5.4	Equipamento de transporte	794
11.5.5	Equipamento administrativo	795
11.5.6	Equipamentos biológicos	795
11.5.7	Outros activos fixos tangíveis	796
11.6	Contabilização das aquisições	796
11.6.1	Aquisição a título oneroso (por compra)	797
11.6.2	Aquisição a título gratuito (por doação)	797
11.6.3	Aquisição por troca	798
11.6.4	Aquisição associada a uma concentração de actividades empresariais	799
11.6.5	Activos fixos tangíveis construídos pela própria empresa	799
11.6.6	Afectação aos activos fixos tangíveis de bens inicialmente adquiridos para venda	801
11.7	Depreciações	802
11.7.1	Introdução	802
11.7.2	Métodos de cálculo das depreciações	805
11.7.3	As depreciações na óptica fiscal	810
11.8	Imparidades	814
11.9	Benfeitorias <i>versus</i> conservação e reparação	817
11.10	Subsídios para investimento	820
11.11	Locações	824
11.11.1	Introdução	824
11.11.2	Diferenças entre locação financeira e locação operacional	825
11.11.3	A contabilização da locação financeira no locatário	828
11.11.4	A contabilização da locação operacional no locatário	834

11.11.5	A contabilização de uma transacção de venda seguida de locação (<i>sale and leaseback</i>) no locatário	835
11.11.6	Locações: breve introdução à IFRS 16	835
11.12	Revalorizações	838
11.12.1	Introdução	838
11.12.2	Breve resenha histórica	840
11.12.3	O actual modelo de revalorização	842
11.13	Contabilização das retiradas	849
11.13.1	Por alienação	849
11.13.2	Por sinistro	852
11.13.3	Por abate	853
11.14	Outras operações	854
11.14.1	Adiantamentos	854
11.14.2	Títulos a pagar	855
11.15	Apresentação	857
11.16	Divulgações	858
Anexos ao Capítulo 11		861
Índice		861

CAPÍTULO 12

INVESTIMENTOS FINANCEIROS		867
12.1	Introdução	869
12.2	Principais aspectos relacionados com o controlo interno	871
12.3	Classificação das ligações entre empresas	872
12.4	Reconhecimento	877
12.5	Mensuração	878
12.5.1	Das participações de capital	878
12.5.1.1	Método da equivalência patrimonial	881
12.5.1.2	Método do custo	889
12.5.2	Dos empréstimos concedidos	890
12.5.3	De outros investimentos financeiros	893
12.6	Apresentação	898
12.7	Divulgações	899

CAPÍTULO 13	
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	905
13.1 Introdução	907
13.2 Principais aspectos relacionados com o controlo interno	909
13.3 Reconhecimento	909
13.4 Mensuração	910
13.5 Contabilização das diversas operações	912
13.6 Apresentação	917
13.7 Divulgações	917
CAPÍTULO 14	
ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS	921
14.1 Introdução	923
14.2 Reconhecimento	924
14.3 Mensuração	925
14.4 Apresentação	928
14.5 Divulgações	928
CAPÍTULO 15	
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	931
15.1 Introdução	933
15.2 Breve caracterização dos diversos tipos de financia- mentos obtidos	935
15.2.1 Empréstimos bancários	935
15.2.2 Descobertos bancários	935
15.2.3 Locações financeiras	936
15.2.4 <i>Factoring</i>	936
15.2.5 Empréstimos por obrigações	936
15.2.6 Empréstimos por títulos de participação	938
15.2.7 Títulos de investimento	939
15.2.8 Papel comercial	939
15.2.9 Empréstimos de sócios	940

15.3	Principais aspectos relacionados com o controlo interno	941
15.4	Reconhecimento	942
15.5	Mensuração	944
15.6	Apresentação	954
15.7	Divulgações	954

CAPÍTULO 16

IMPLICAÇÕES DO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO NA CONTABILIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES	959
--	------------

16.1	Aspectos gerais do Imposto sobre o Valor Acrescentado	961
16.1.1	Caracterização e incidência do imposto	961
16.1.2	Isenções	966
16.1.3	Valor tributável	967
16.1.4	Taxas	968
16.1.5	Regimes especiais de tributação	969
16.2	Principais obrigações administrativas e contabilísticas	970
16.2.1	Obrigações declarativas	971
16.2.2	Obrigações de facturação	973
16.2.3	Obrigações de pagamento	974
16.2.4	Obrigações contabilísticas	975
16.2.5	Obrigações estatísticas	984
16.3	IVA suportado nas aquisições de bens e de serviços	984
16.3.1	Aspectos gerais	984
16.3.2	IVA dedutível	990
16.3.3	IVA não dedutível	993
16.4	IVA liquidado	994
16.4.1	Aspectos gerais	994
16.4.2	Operações gerais	995
16.4.3	Autoconsumos e operações gratuitas	998
16.5	Regularizações do IVA	1000
16.5.1	Regularizações mensais (ou trimestrais)	1000
16.5.2	Regularizações anuais por via do <i>pro rata</i>	1005
16.5.3	Outras regularizações anuais	1008
16.6	O IVA nas transacções intracomunitárias	1008

16.7	O apuramento do IVA	1017
16.7.1	Aspectos gerais	1017
16.7.2	IVA a pagar	1019
16.7.3	IVA a recuperar	1021
16.8	Os reembolsos do IVA	1024
16.9	Liquidações officiosas	1025
16.10	Apresentação	1028
16.11	Divulgações	1029
CAPÍTULO 17		
PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS		1031
17.1	Introdução	1033
17.2	Provisões	1035
17.3	Passivos contingentes	1037
17.4	Activos contingentes	1041
17.5	A contabilização das provisões	1042
17.6	Apresentação	1044
17.7	Divulgações	1044
CAPÍTULO 18		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO E RESULTADOS POR ACÇÃO		1047
18.1	Introdução	1049
18.2	Estrutura e apuramento do resultado líquido do período	1050
18.3	Resultados de operações descontinuadas	1061
18.4	Correcção de erros materiais de períodos anteriores	1063
18.5	Os efeitos decorrentes da mudança de políticas contabilísticas	1067
18.6	Os efeitos decorrentes da revisão de estimativas contabilísticas	1073
18.7	O cálculo dos resultados por acção	1075
18.7.1	Introdução	1075
18.7.2	Resultado por acção básico	1076
18.7.2.1	Capital representado apenas por acções ordinárias	1077

18.7.2.2	Capital representado por acções ordinárias e por acções preferenciais sem voto com direito a dividendo prioritário	1078
18.7.2.3	Emissão de acções durante o período	1079
18.7.2.4	Aquisição de acções próprias durante o período	1080
18.7.2.5	Emissão de bónus	1081
18.7.2.6	Emissão de direitos	1082
18.7.3	Resultado por acção diluído	1084
18.7.3.1	Obrigações convertíveis	1086
18.7.3.2	Opções sobre acções	1086
18.8	Apresentação	1087
18.9	Divulgações	1088

CAPÍTULO 19

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO: CORRENTE E DIFERIDO	1093
---	------

19.1	Introdução	1095
19.2	Aspectos gerais do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	1104
19.2.1	Bases para a sua determinação e contabilização	1104
19.2.2	Pagamentos por conta	1113
19.2.3	Retenções na fonte	1116
19.3	Métodos de contabilização	1118
19.4	O reconhecimento de passivos e de activos por impostos sobre o rendimento	1123
19.4.1	Passivos e activos por impostos correntes	1123
19.4.2	Passivos e activos por impostos diferidos	1124
19.4.2.1	Passivos por impostos diferidos	1124
19.4.2.2	Activos por impostos diferidos	1135
19.5	Mensuração	1141
19.6	Apresentação	1143
19.7	Divulgações	1144

CAPÍTULO 20	
CAPITAL PRÓPRIO	1147
20.1 Introdução	1149
20.2 Reconhecimento	1150
20.3 Mensuração	1151
20.4 Operações relacionadas com o capital social	1152
20.4.1 Na constituição de sociedades	1152
20.4.2 Nos aumentos de capital	1154
20.4.3 Nas reduções de capital	1157
20.4.4 Prémios de emissão	1159
20.4.5 Acções (quotas) próprias	1160
20.4.6 Remição e amortização de acções	1165
20.5 Outros instrumentos de capital próprio	1167
20.6 Capital próprio não realizado	1169
20.6.1 Ajustamentos em activos financeiros	1169
20.6.2 Excedentes de revalorização	1172
20.6.3 Outras variações no capital próprio	1175
20.7 Reservas	1177
20.8 Resultados transitados	1178
20.9 Dividendos antecipados <i>versus</i> adiantamentos por conta de lucros	1180
20.10 Aplicação de resultados	1182
20.10.1 Distribuição de lucros	1183
20.10.2 Cobertura de prejuízos	1186
20.11 Apresentação	1187
20.12 Divulgações	1188
CAPÍTULO 21	
OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	1191
21.1 Introdução	1193
21.2 Relatório de gestão	1194
21.3 Relato financeiro	1197
21.3.1 Introdução	1197
21.3.2 Balanço	1200

21.3.3	Demonstração dos resultados por naturezas	1201
21.3.4	Demonstração dos resultados por funções	1203
21.3.5	Demonstração das alterações no capital próprio	1206
21.3.6	Demonstração de fluxos de caixa	1207
	21.3.6.1 Método directo	1212
	21.3.6.2 Método indirecto	1215
21.3.7	Anexo	1216
21.3.8	Demonstrações financeiras intercalares	1217
21.3.9	Relato por segmentos operacionais	1218
21.3.10	Relato de pagamentos efectuados a administrações públicas	1220
21.4	Relato não financeiro	1221
21.5	Relato integrado	1223
21.6	Relatórios sobre os documentos de prestação de contas	1224
21.7	Apreciação pelos sócios/accionistas	1226
21.8	Divulgação a terceiros	1227
	21.8.1 Através da Informação Empresarial Simplificada	1227
	21.8.2 À Administração Fiscal	1229
	21.8.3 À Inspeção-Geral de Finanças	1229
	21.8.4 Ao Tribunal de Contas	1230
	21.8.5 À Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	1230
	21.8.6 Através da Informação sobre a Actividade Social da Empresa	1231
	Anexos ao Capítulo 21	1233
	BIBLIOGRAFIA	1252